

HISTÓRIA E FICÇÃO EM *AS MULHERES DO IMPERADOR*, DE UNGULANI BA KA KHOSA

HISTORY AND FICTION IN *KING WOMEN'S* OF UNGULANI BA KA KHOSA

*Valéria Cardoso da Silva*¹

RESUMO

No romance *As Mulheres do Imperador*, Ungulani Ba Ka Khosa cria a intersecção entre países afro-lusófonos: Moçambique e Portugal, atravessando a escrita africana durante a História Colonial, onde o apagamento do outro é evidenciado.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Moçambicana. Narrativa contemporânea. Condição feminina.

ABSTRACT

King Women's is a novel and Ungulani Ba Ka Khosa is crossed by intersection between African Portuguese: Moçambique and Portugal, through the writing African's during the Colonial History and the effacement of the other is evidenced.

KEYWORDS: Mozambican Literature. Contemporary narrative. Female condition.

“[...] a mão esquerda numa casa branca, a mão direita numa casa preta, em todas as restantes páginas lidas do livro não há mais que este morto [...]”

José Saramago – O ano da morte de Ricardo Reis

“[...] Ardiam casas, saqueadas eram
As arcas e as paredes,
Violadas, as mulheres eram postas
Contra os muros caídos,
Traspassadas de lanças, as crianças
Eram sangue nas ruas...
Mas onde estavam, perto da cidade,
E longe do seu ruído,
Os jogadores de xadrez jogavam
O jogo de xadrez [...]”

Ricardo Reis/Fernando Pessoa – Ouvir contar que outrora

“Morreste andando. A tua voz sustinha o teu corpo sem vida. Eu e o teu filho morremos afogados pelas lágrimas que não paravam de sair dos nossos olhos.”

Ungulani Ba Ka Khosa - Ualalapi

DA NOTA DO AUTOR AOS PATOIS, IRONIAS, TÍTULO E EPIGRAFES...

Se for de uma “verdade irrefutável” (KHOSA, 2017, p. 3) de que o autor moçambicano parte, então conjectura-se que Ungulani Ba Ka Khosa² teça em seu romance histórias culturais da memória daquelas *personæ* que, direta ou indiretamente, estiveram no centro de seus rastros e feitos, deixando legados ao referido escritor para que um dia os ressignificasse, dando-lhes novas perspectivas críticas.

Para uma população africana que sofreu a agrura de ter a educação secundária formal atrasada, pois “era praticamente inacessível antes da Segunda Guerra Mundial” (HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VII, 2010, p. 669), ao abrir o romance contemporâneo *As Mulheres do Imperador* (2018) com a nota explicativa, constata-se que entre o pensar e o agir, deparamo-nos com um autor-historiador a nos propor reflexões sobre o quanto a economia das línguas sempre norteou e norteará, segundo o pensamento foucaultiano, *a ordem do discurso*, seja esta religiosa, jurídica e/ou médica, que exclui, interdita e rejeita aqueles/aquelas considerados (as) desviantes, desajustados (as), os (as) loucos (as) (FOUCAULT, p. 9-10), com o propósito de destituir seu poder discursivo nas sociedades ditas civilizatórias. Daí, durante o final do século XIX, a memória de Ngungunhane, o último rei de Gaza, ser parcialmente apagada da História, sobretudo por este não ter sido reconhecido pela maioria de seu povo como o ‘Imperador’, porque até

aquela fase o referido sintagma nominal não pertencia ao vocabulário oral das línguas autóctones (nguni, ndau, rongga, tinyanga, tsonga, zulu etc.). Observamos que a polifonia assume matizes diversos, acrescida de variantes multiétnicas da população local [indígenas, os pretos do império] (KHOSA, 2018, p. 92) e de imigrantes árabes, austríacos, franceses, indianos, chineses, ingleses, portugueses etc.

Ao se valer de tamanho precedente “babélico”, a partir de estudos filológicos/etnolinguísticos, Ba Ka Khosa convida o leitor/a leitora para adentrar *As Mulheres do Imperador* com uma intenção irônica (HUTCHEON, 2000, p. 171), e por que não dizer como o próprio: ‘anárquica das palavras’ “imperador”, “rei” e “hosi” (rei em língua tsonga), o que também nos remete ao pensamento de Agamben, quando este nos diz que “se o poeta e o filósofo falam em nome da língua, então deverão falar agora em nome de uma língua sem povo” (AGAMBEN, 2018, p. 95), prevendo a *ademia*³ moderna e contemporânea em relação às línguas autóctones.

Ao propor tal anarquia cultural das palavras, Ungulani Ba Ka Khosa se investe da linguagem oral tsonga ao lado da língua portuguesa oficial, a do colonizador e regulador, buscando assim, inconsciente ou utopicamente, segundo Michel de Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel, tratar como estudo *une politique de la langue* [uma política da língua]⁴, durante a Revolução Francesa, com a invocação simbólica dos *patois* [dialetos]⁵, mas que em *As Mulheres do Imperador* recebe a conotação irônica das diversas linguagens africanas anuladas, supostamente, para atender a do soberano.

Além disso, ao ajuizar a dessacralização do gênero masculino, configurada a partir de seus pares, o referido autor nos move a outra ironia, àquela que reforça a reificação do gênero feminino, ao seguir compactuando com o *status quo* do primeiro, ao mesmo tempo em que procura subverter a ordem vigente, apesar de todas as interdições internas e externas do seu corpo social. Então, detenhamo-nos na provocação gerada pelo título do romance que impacta, sintática e semanticamente, o (a) leitor (a) contemporâneo (a) ocidental, ao positivar a representação de que o sintagma nominal ‘mulheres’ seja propriedade e/ou objeto de posse e subordinação a outro sintagma nominal: ‘imperador’. Logo, a subalternidade de *outrem* (Mulheres) a um *eu* (Imperador) estabelece a relação nietzschiana entre diversas categorias dominadas a um ser dominador, o que faz refletir *A Genealogia da Moral* que, aqui, se estilhaça em solo africano.

Destarte, a ironia reificante poderá ser identificada e/ou sentida, desde o título da ficção narrativa *As Mulheres do Imperador*, de Ungulani, levando-nos ao pensamento antropológico de Marc Augé, quando este nos diz que “o tema da história iminente, da história nos nossos calcanhares [...] aparece como uma prévia àquele do sentido ou do não sentido da história.” (AUGÉ, 1994, p. 33), onde o mal-estar é instaurado, ao evocar guerras (internas e externas) entre sujeitos que se pensam semelhantes e/ou contrastantes entre si, cabendo-lhes se encontrarem ou se desencontrarem nas transformações de lugares em não-lugares (AUGÉ, 1994, p. 36).

Por outro lado, a ideia da reificação (Cf. MEDEIROS, Mimeo, 2018), engendradora para a individualidade feminina e estudada na análise do romance *Mulheres de cinza*, de Mia Couto (n. 1955), contemporâneo de Ba Ka Khosa, reitera a nossa hipótese de impor a *moira*, a saga, o fado ou o fardo daqueles “lugares” movidos a “não-lugares” (AUGÉ, 1994) à mulher africana, jogando ostensivamente com o corpo físico/social feminino, enquanto “coisa” ou objeto, que se transforma em um ser abjeto, pois

[...] a mulher era duplamente colonizada: tanto por ser africana, quanto por pertencer ao gênero feminino, à época, de muito menor prestígio social. Suas individualidades estavam disponíveis não só à colonização portuguesa, mas aos desmandos dos próprios moçambicanos, o que tendia a pôr o ser feminino como pessoa propensa à reificação. (MEDEIROS, 2018, p. 108)

Seguindo a trajetória do romance de Ungulani Ba Ka Khosa, deparamo-nos com suas citações epigráficas, o que nos conduz às ordens pragmáticas de Antoine Compagnon, quando este nos propõe mensurar a valorização dada a esse tipo de recurso textual:

A citação tenta reproduzir na escrita uma paixão da leitura, reencontrar a fulguração instantânea da solicitação, pois é a leitura, solicitadora e excitante, que produz a citação. A citação repete, faz com que a leitura ressoe na escrita: é que, na verdade, leitura e escrita são a mesma coisa, a prática do texto que é prática do papel. A citação é a forma original de todas as práticas do papel, o recortar-colar, e é um jogo de criança. (COMPAGNON, 1996, p. 29)

Nas citações “infantes” de Ungulani, os mosaicos das peças tentam seduzir/ persuadir aqueles/aquelas leitores (as) mais afeitos à sua escrita ficcional, despertando reflexões críticas sobre “a ignorância” (KHOSA, 2018, p. 77) e “a sombra do que fomos” (KHOSA, 2018, p. 77). *A priori*, o romanista moçambicano evoca o pensamento do crítico e escritor tcheco Milan Kundera, promovendo reflexões sobre “a crítica da memória humana”. *A posteriori*, o ficcionista busca a declaração do escritor chileno Luis Sepúlveda, estabelecendo a ideia de que “a memória tende sempre à ficção”, o que marca, segundo o historiador francês Le Goff (1924-2014), “o interesse da memória coletiva e da história, [...] a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação de massa” (LE GOFF, 2003, p. 531).

Por último, Ungulani resgata quatro textos publicados nos jornais estrangeiros daquela época colonial, de maio a julho de 1896, em periódicos como *O Paiz* e *O Dia*, de Lisboa, nos quais há exposições de realidades consideradas factuais pela imprensa, presumivelmente vividas pelo líder de Gaza, o militar Gungunhane, ao sofrer exílio forçoso pelas mãos do dominador/colonizador, quando aquele é recolhido inicialmente em Monsanto e depois destinado ao castelo de Angra do Heroísmo, em Lisboa.

Podemos dizer que a narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa revele, segundo Bakhtin, “o corpo grotesco” (BAKHTIN, 1987, p. 23) aprisionado, ao constatar a perplexidade do povo luso diante da presença de Ngungunhane e de aventar nas lisboetas o imaginário em relação aos dotes eróticos do “rei vátua” (KHOSA, 2018, p. 99) em sua excitante e, agora, proibida relação poligâmica, o que nos remete a um jogo teatral burlesco. Algo semelhante ocorre quando a narrativa plasma a epicidade camoniana de forma caricata, confrontando os históricos passados (KHOSA, 2018, p. 137) a de seus contemporâneos que fabricam uma memória republicana, aqueles que sequer reconhecem os “feitos antigos” dos monarcas, despertados pelo saudosismo do personagem almoxarife António Manuel Passos Antunes (KHOSA, 2018, p. 137).

A narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa rememora relações históricas entre colonizadores e colonizados do período oitocentista, tais como a do protagonista Ngungunhane e as de seus antagonistas Mouzinho de Albuquerque (KHOSA, 2018, p. 84) com seu alto comissário regente, Antonio Enes (KHOSA, 2018, p. 141), dentre outras personagens, apresentando àquela época seus prós e contras. Por outro lado, de fato, podemos encontrá-las na real história moçambicana, a partir de estudos sociológicos e antropológicos:

a figura de Gungunhane tornou-se, para a administração portuguesa (e especialmente para Antonio Enes), uma espécie de obsessão. [...] A preocupação de Enes não era infundada. Gungunhane constituía, no Sul de Moçambique, um obstáculo às pretensões de Portugal, que devia mostrar, a seus pares britânicos, capacidade de exercer o controle efetivo da região. Gungunhane havia-se convertido, também, num hábil negociador e diplomata, que não ocultava suas ambições expansionistas. [...] Uma série de batalhas sucederam-se entre 1895 e 1897. Em dezembro de 1895, Gungunhane foi capturado por Mouzinho de Albuquerque e exilado em Açores, onde morreu. (MACAGNO, 2001, pp. 64-65)

Ainda, segundo os quatro relatos de imprensa, citados por Ba Ka Khosa, o “Leão de Gaza” (KHOSA, 2018, p. 138) permaneceu solitário nos cárceres da Colônia portuguesa. Em desencontros de tais relatos, considerados ‘factuais e irrefutáveis’, o domínio do corpo feminino se faz presente por muitas mãos: 1) ora as “pretas” são submetidas a serviços públicos em São Tomé, serviços estes que não chegaram a ser esclarecidos pela imprensa da época; 2) ora são recolhidas provavelmente ao silêncio e/ou ao claustro (no convento de madres e/ou na prisão); 3) ora “as pobres negras” são enviadas a Angola e, depois, para São Tomé; 4) ora as “sete mulheres”, Gungunhana e sua corte estão presos em Lisboa, de onde o régulo teria sido enviado para os Açores. Diante destes fatos contraditórios e labirínticos, presume-se que apesar de Gungunhana representar o Império poligâmico em Gaza, implantando assim ordens adversas à moral cristã, o “rei” se vê forçado à abstinência sexual na colônia até o seu fim, tratamento este distinto a de outros “Gungunhanes brancos”, conforme relato de alguns dos ‘solidários textos jornalísticos’.

No jogo entre a ficção e a realidade, a memória afetiva de Ungulani Ba Ka Khosa se dirige à posteridade, dedicando à sua família a sua mais recente ficção narrativa, *As Mulheres do Imperador*, editada em 2017. O aludido romance é publicado em Portugal e no Brasil, em 2018, com a inclusão conjunta do seu primeiro romance, *Ualalapi*, editado inicialmente em 1987. Ungulani, o escritor, completa assim sua trajetória literária, enquanto romancista daquelas e outras obras, em trinta anos, com formação plena nas áreas de História, Geografia e Direito, cujos referidos cursos foram todos realizados em seu próprio país.

E eis que, finalmente, Ungulani se curva a um ínfimo e precioso excerto do celebrado escritor português José Saramago (1922-2010), o que clama pela heteronímia pessoana diante da ficção *O Ano da morte de Ricardo Reis* (1988). Sabe-se que tal *persona*, a do poeta hedonista, epicurista e médico Ricardo Reis, que fora escolhida como protagonista no romance saramaguiano, deslocar-se-á do Rio de Janeiro (América do Sul) a Lisboa (Europa) para reencontrar o seu criador, Fernando Pessoa. Entre encontros e desencontros, aventuras, venturas e desventuras do retornado ou desterrado, o narrador onisciente não se furtará a rememorar Histórias/histórias/estórias vivenciadas em África, América, Ásia e Europa, que parecem se repetir ciclicamente, iluminando ora de maneira branda e ora de maneira violenta os retrocessos, a alienar e privar as vozes exiladas, marginalizadas, oprimidas por desertificações, mascaradas por *pseudosofias*, ainda que vistas como “edificantes”, pois foi como Ungulani Ba Ka Khosa registrou, ao relembrar o derradeiro aviso narrativo saramaguiano: “Aqui, onde o mar se acabou e a terra espera”.

Diante das epígrafes escolhidas pelo autor, denota-se certo cuidado com o texto ficcional, o que pode ser decifrado como sintoma, segundo a filósofa parisiense Sarah Kofman (1934–1994), na medida em que aquele tenta se justificar, porque o mesmo não escapa da ideia de que “todo texto é lacunar, furado” (KOFMAN, 1996, p. 69) e “se o enigma do texto se liga a uma ruptura, a um recalque originário, a uma castração, à proibição do contato, pode-se dizer que ela remete a um enigma por excelência, que é a feminilidade” (KOFMAN, 1996, p. 70), como nas passagens alegóricas e temporais, a descrever as ações atribuídas à iniciada e clarividente personagem Namatuco, quando a narrativa nos revela que

Ngungunhane adorava-a, mais na vertente premonitória que curativa, pois ela sabia mais do que ninguém na corte, prever acontecimentos através dos sonhos e das estranhas sensações que a terra fazia chegar à planta dos pés [...] falava com a terra, estabelecia uma relação umbilical com o chão dos antepassados, dialogando com eles, sentindo a alegria e a tristeza que perpassavam pelos espíritos que muitos queriam intrometer-se na vida terrena, discutindo, por vezes, com alguns de inclinação maléfica, a quererem vingança, a reivindicarem o

corpo de uma mulher ou de um rapaz; bastas vezes ela ouvia os conselhos dos avoengos conhecidos e desconhecidos; e por entre as névoas do passado conseguia ver o futuro a desenhar-se no horizonte. (KHOSA, 2018, p. 112-113)

Resta-nos saber se para aquele/aquela que reconhece a força das florestas e de outras naturezas, tais premonições oníricas e místicas poderão ser bem ou mal interpretadas/sucedidas, sobretudo em períodos considerados de ‘colonialismo’ e ‘pós-colonialismo’ a aperfeiçoarem vigilâncias e punições em muitas cidades, sob regime *panóptico*, como bem nos adverte o pensamento de Michel Foucault (1934-1984), transformando em *pseudo-democracia* o controle imperialista e totalitário: patriarcal, bélico, matricida, feminicida, infanticida, racista, genocida, detentor de propriedades, maquinal, tecnocrata-industrial etc.

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E FICIONAIS

As Mulheres do Imperador, composto em nove capítulos, trata-se de um romance pós-colonial que dialoga com o período colonial finissecular do oitocentos, atravessando a primeira década do século subsequente, ao nos apresentar como pretexto a sombra marcante do último regente de Gaza, o que, diplomaticamente, “durante quase 10 anos negociou ora com os britânicos ora com os portugueses, disposto a fazer toda uma série de concessões, menos renunciar a independência de Shagaan” (HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VII, 2010, p. 196). De fato, inicialmente, Gungunhana em aliança com o Congo logra êxito com as “revoltas rurais localizadas em mais de uma dezena por ano” (HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VII, 2010, p. 210), por mais que “estes movimentos, em sua maior parte, fossem desorganizados, mutáveis e circunscritos, nem por isso deixaram de elevar a consciência política dos camponeses” (HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VII, 2010, p. 210), ao ponto de

mais tarde participar de levantes anticolonialistas de maior envergadura. Foi o caso no sul de Moçambique, onde os Tonga se juntaram a Gungunhana, depois de reprimida a revolta contra os impostos, de 1894. (HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VII, 2010, p. 210)

Porém, a partir desse momento dos conflitos de economia política, a caçada ao imperador de Gaza é manifestada pela Metrópole. Alegoricamente, sua morte é lavrada em 1906, durante o exílio em terras portuguesas, segundo os relatos do próprio narrador da referida ficção historiográfica sobre a qual agora nos debruçamos. Se a memória histórica, de alguma forma, serve à ficção historiográfica de Ba Ka Khosa, este também, inversamente, vale-se do esquecimento e da composição imagética para iluminar a leitura e despertar novas perspectivas críticas, pois aprendemos com o filósofo alemão Hermann Lübbe que

Relevante do ponto de vista de uma teoria da historicização é a questão de como o ato de eliminação diferencia o que é relevante do ponto de vista da memória daquilo que precisa ser esquecido. O critério e o interesse presumido das gerações futuras na historicização daquele passado que o nosso presente brevemente há de se tornar. Poder-se-ia chamar de “precepção” este ato de estimar da forma mais segura possível os futuros interesses de presentificação do passado. Isso só é possível caso existam interesses culturais dotados de uma certa constância antropológica. Também a cultura da memória, por conseguinte, em última análise se baseia em tais constantes. (LÜBBE, 2016, p. 291)

A partir deste ato preceptivo, educativo e/ou pedagógico, descoberto em *As Mulheres do Imperador*, deparamo-nos com o espaço geofísico de África, em torno da baía de Lourenço Marques, onde as águas se encontram ‘estáticas’ e/ou ‘estagnadas’, como se fossem divindades de “abismos misteriosos” (COMMELIN, 1983, p. 122). O fato é que o trajeto se dá entre o “estuário do Espírito Santo” (KHOSA, 2018, p. 82) em direção “à ponte-cais do Gorjão” (KHOSA, 2018, p. 82), onde o tempo se passa na primeira década do século XX, ao final de julho, sob um “céu” (KHOSA, 2018, p. 82) nebuloso no “frio tropical” (KHOSA, 2018, p. 82). As primeiras personagens são viajantes, descritas com vestimentas esteticamente importadas: “lenços e bengalas e chapéus” (KHOSA, 2018, p. 82) para saudarem “conhecidos e desconhecidos” (KHOSA, 2018, p. 82) que se aglomeram e se agitam naquele exíguo local, aparentemente, de Lourenço Marques (hoje Maputo), capital de Moçambique.

Preliminarmente, observa-se que o percurso da paisagem encontrada irá despertar certo incômodo a uma das personagens que tenta retornar à sua pátria, após quinze anos de exílio, assim como as demais mulheres de Ngungunhane. Essa personagem é Malhalha, “uma das mais novas mulheres do imperador” (KHOSA, 2018, p. 82), a que pode ser sentida, tardiamente, como mais uma “estação” a completar *As Horas* (COMMELIN, 1983, p. 79), as divindades mitificadas no Olimpo, numa concepção helênica. Porém, essa primeira personagem é “silenciosamente” revelada pelo narrador-observador em um discurso indireto, quando diz que a personagem sente o coração se contrair e o corpo não obedecer, prenunciando um novo ciclo, onde o tempo da colheita também é o tempo da decadência, do declínio ou do ocaso... Seria este um presságio ocultado pelos deuses e negado às mulheres, usadas como alegorias, na fuga rápida do tempo dos homens? Sigamos as pistas narradas por Ungulani Ba Ka Khosa.

Em seguida, surgem as outras “estações” personificadas de ‘mulheres do imperador’, *As Horas* mais antigas que, segundo Homero, são atribuídas ao “cuidado de abrir e fechar as portas do Olimpo” (COMMELIN, 1983, p. 79), as que dominam o conhecimento “das estrelas ao cair da noite, e do brilho do sol a rasgar as manhãs do oceano Índico” (KHOSA, 2018, p. 82). São essas Phatina, Namatuco e Lhésipe, a representarem a pudicícia de outras

Horas, ao soprarem que a mais jovem estaria acometida pela “vertigem da chegada”. Enquanto isso, Oxaca e Debeza permanecem em seus silêncios lunares, conforme o culto horaciano mitificara para as mulheres, porque essas são mulheres de Zilhalha, um antigo rei de terras a norte de Lourenço Marques, transformado em súdito do imperador Ngungunhane. Contudo, há um “mistério” que ronda a personagem Debeza, a ser segredo somente à Namatuco, no decorrer da narrativa. Além disso, outras personagens masculinas especulam sobre tamanho mistério que circunda a vida das mulheres, como é costume dentro da cultura patriarcal secular e regular: o biótipo de uma das crianças e a dúvida de que todas aquelas mulheres pudessem ser do *Imperador*, pela aparência simplória de seus trajes e pertences.

Porém, a segunda a se pronunciar num ínfimo discurso direto livre será Phatina, a que fará o chamamento às outras ‘mulheres do imperador’ e que também estranham a relação comportamental dos viajantes, mais preocupados com “a terra à vista que com as pretas” (KHOSA, 2018, p. 82). Observa-se, então, que a presença de todas *As Mulheres do Imperador* já é ignorada pelos passageiros, desde o percurso de viagem até o seu provável retorno ao solo pátrio.

Entre a suposta vertigem de uma e o estranhamento de outra que desperta as demais sobre a paisagem e os viajantes, as peças serão montadas e, possivelmente, mobilizarão aqueles/aquelas que buscam o retrato cultural e comportamental do povo de África, mais especificamente Moçambique. Nessa intenção, eis que surgem as crianças: primeiro, os filhos de Lhésipe, Marco Antônio Silva (9 anos) e Maria Antônia (7 anos), a denominada mestiça; depois o filho de Malhalha, João Samakusa Gomes (8 anos) e, por último, a filha considerada ‘sorte’ de Debeza, Esperança Espírito Santo (5 anos). Com essas personagens atravessamos imagens desgastadas, cuja “língua da terra” ao “mar adentro” (KHOSA, 2018, p. 83) desperta outras paisagens naqueles olhares pueris que são as das “negras falésias de pedras santomenses, exuberantemente pejadas, à superfície, de uma estonteante vegetação equatorial, sempre banhada pelas diárias águas da chuva que abençoavam as ilhas do Atlântico” (KHOSA, 2018, p. 83).

Das paisagens imaginadas ressoa uma voz a chamar “os miúdos”, é a terceira mulher do imperador, a considerada mais observadora e sensível culturalmente, mesmo que não tenha sido fértil, ao atender a um pedido do soberano Ngungunhane. Chama-se Namatuco, a que se preocupa, educa e dialoga com as crianças das outras mulheres e que, segundo o sociólogo, professor e crítico literário Antonio Candido (1918-2017), também pode ser lida como aquela que representa a

literatura, da maneira mais ampla possível, [...] em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de culturas, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CANDIDO, 2004, p. 174)

Logo, a cultura oral aqui pode ser instrutiva, recreativa e, consequentemente, educativa, sobretudo quando vislumbra a cultura de ancestrais. Daí ser em discurso direto livre que Namatuco traz os infantes de volta a outra realidade, a da incerteza do lugar aonde estão prestes a chegar: a terra dos Tembe, a terra dos Zilhalha ou Moçambique? (KHOSA, 2018, p. 82). Na dúvida, conforme nos ensina o crítico cultural Stuart Hall (1932-2014), os corpos em diáspora (HALL, 2003, p. 29) seguem à deriva, acompanhando os demais passageiros que “se enfileiravam junto à escada de madeira que dava à terra” (KHOSA, 2018, p. 82).

Já a personagem Lhésipe, a quarta mulher do imperador, preocupa-se em agasalhar as companheiras com

As mantilhas gentilmente oferecidas, há quinze anos, por senhoras brancas sem registro nas folhas da memória, mas condoídas, à época, com o olhar exausto e perplexo das exiladas, cobertas com xales coloridos e gastos, percorrendo a trote, nos primeiros três dos seis trens à disposição dos presos, as ruas previamente traçadas desde a Praça do Município ao Forte de Monsanto, sempre sob olhares curiosos e o falatório incomum da população de Lisboa, nessa memorável tarde de 13 de março de 1896, dia em que Ngungunhane, imperador das terras de Gaza, chegara a Lisboa e, com o protocolo à altura de um digno derrotado, fora recebido pelos ministros da Marinha e dos Negócios Estrangeiros, para além do diretor geral do Ultramar, oficiais da Marinha e jornalistas. (KHOSA, 2018, p. 83)

No vaivém fragmentário do tempo presente e passado, ao retorno desorientado, desamparado e imprevisível a Moçambique; do exílio vivido no espaço arquitetônico fortificado e moderno de Lisboa, sob os gestos indiscretos do povo lisboeta, movidos pela prisão surpreendente de Ngungunhane, a memória narrativa tece a imaginária afetividade de outrora nas relações fugazes entre mulheres brancas (damas da corte) e mulheres pretas (pajens domesticadas e colonizadas), revelando-nos as práticas peculiares subestimadas no culto matriarcal da História Oficial da Humanidade, a recordação do acolhimento no primeiro contato entre as personagens femininas, apesar de quase todas se servirem do ou ao *status quo* de sua época, como analisa o sociólogo e antropólogo Pierre Bourdieu (1930-2002):

Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres *não podem senão tornar-se o que elas são* segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc. (BOURDIEU, 1999, p. 41)

Em contraposição, tais características não são ventiladas ou sequer cogitadas nas relações entre homens, criados para se tornarem imperadores, militares e patriarcas misóginos, cultuados miticamente na História de

Guerras como “heróis” e/ou “derrotados”, sejam estes de quaisquer classes, etnias e raças, reforçando a ideia de que

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. (BOURDIEU, 1999, p. 41)

Ao retornar para a obra ficcional de Ungulani, a fim de confrontar os pesos das *performances* figurativas masculinas, dentre as celebridades que se fazem presentes no protocolo do “derrotado”, encontra-se também o embaixador da Rússia, o que possui o “ar frio e selvagem” (KHOSA, 2018, p. 84), comentário tecido pelo desconfiado Ngungunhane, em discurso indireto na “língua nguni” [*patoi (s)*], enquanto o outro com tamanho desprezo revela estar “pouco interessado [...] no preto bojudo” (KHOSA, 2018, p. 84), o que, segundo a professora e ensaísta canadense Linda Hutcheon, parece ser mais uma das ironias deste narrador-observador, ao recorrer, indiretamente, a um confronto dialetal entre o imperador “derrotado” e o porta-voz de outro monarca que teria destino semelhante, ainda na primeira metade do século XX. Todavia, o que fica é a inversão comportamental das superfícies que estigmatizam o que se considera barbaridade e civilidade, ao constatar que não houve reciprocidade entre o “derrotado” e o ilustre convidado russo, este mais preocupado com “os preparativos, no mês de maio, de Nicolau II, como imperador da Rússia, o último, tal como Ngungunhane, de um império que se vestiria de vermelho” (KHOSA, 2018, p. 84). Observa-se que de negócios estrangeiros quase todos apreciam a cepa da vinha portuguesa, apesar de passar quase despercebida dos escritos da “História maiúscula”... Enquanto isso, aquelas que retornaram à África, devem saber lidar com o ritual dos mortos, para que muitos não pereçam como os demais, mesmo que sob olhares de espia de uns e a ignorância de outrem... Mas, às vezes, o ‘sopro enganador’ se faz presente até mesmo para aquelas divindades do Olimpo, ainda que estas estejam ligadas, alegoricamente, à *boa ordem*, à *justiça*, à *paz* e à *vida* ou ao seu avesso na Terra, pois

[...] pouco se deram conta dos involuntários movimentos das mulheres; e os que se demoraram a observar as mulheres na coberta, concluíram que os arrepios pelos corpos mais não eram que a saudação dos defuntos que por estas terras de África muito se tem dito dos seus poderes em interferir na vida dos vivos, obrigando-os a cansativas cerimônias e constantes abluções para aplacar os espíritos das tempestivas e mortíferas fúrias que, amiúde, se têm abatido sobre gerações e gerações de inocentes.

Mais se tais augúrios pudessem ter o seu chão de razão, eles não correspondiam, de todo, à razão dos fatos, porque as mulheres, em telepáticas mensagens que só afamados curandeiros podiam decifrar, acabavam de receber, por via dos

involuntários espasmos dos corpos, a fatídica notícia da morte, na manhã desse 31 de julho do ano da graça de 1911, na distante ilha Terceira do arquipélago dos Açores, vítima de uma adiantada tuberculose, do provável herdeiro do que outrora fora o império de Gaza, o príncipe Godide, cristãmente [sic] batizado como Antônio da Silva Pratas Godide. A questão de fusos horários, e a telepática demora interoceânica, fez com que a notícia lhes chegasse a essa adiantada hora da tarde de atracagem do paquete *África* no porto de Lourenço Marques. (KHOSA, 2018, p. 84)

Em *As Mulheres do Imperador*, encontramos a mítica ocidental, incorporada pelo inconsciente coletivo de muitas sociedades, inclusive a de África e, aqui, manifestada na voz narrativa. O narrador-observador propõe uma descida ao ‘mundo infernal’ (COMMELIN, 1983, p. 157), a partir das Fúrias (ou Eríneas, ou Eumênides), e o desloca para que as personagens femininas resistam, explorando a prática ritualística e etnocêntrica das “abluções”, procurando evitar o sofrimento dos vivos que observam o céu e a terra. Porém, a razão é evocada pela intervenção deste mesmo narrador que desconserta o melindre sentido pelos corpos femininos, atribuindo-lhes desconhecimento sobre o que está por vir, talvez levado a chamar para si e a outrem o que consta como registro factual (documento/passado): o relato da imprensa a mostrar o veredicto fatal do provável último herdeiro do trono de Ngungunhane, o príncipe Godide. Daí a intenção narrativa promover reflexões entre a razão e a sensibilidade passadas e presentes, pois, segundo Bakhtin, “o “estado natural” na Idade de Ouro, ou o concebem como existente no presente num reino dos confins, além-mar, se não na terra ao menos debaixo dela, se não debaixo da terra ao menos no céu.” (BAKHTIN, 2018, p. 93), como num trato forçado entre viventes, sobreviventes e mortificados...

De fato, passados quinze anos, transcorrem modificações na colônia, de um regime monárquico local à república moçambicana, sempre subordinada ao controle da metrópole portuguesa. Com a chegada das “rainhas derrotadas”, expulsas do navio *África* como seres desprezíveis, logo os presságios se confirmam... Todas passam de rainhas a trabalhadoras em São Tomé, lançadas, inicialmente, “pelos corredores do Hospital Civil e Militar, servindo de amásias, algumas, e lavadeiras, outras” (KHOSA, 2018, p. 85). Posteriormente, aquelas são submetidas ao capataz Antônio Constantino Silva, incumbido de controlá-las nos trabalhos forçados na Roça Água-Izé. Além disso, será este mesmo capataz a informá-las, através da imprensa da capital do império, sobre o óbito daquele que foi considerado “rei” do antigo Império de Gaza.

Com as vestimentas gastas, sem abrigo, sem tratamento adequado e desamparadas, *As Horas* e as outras se tornam mortais, sempre à deriva. Então, resta à Malhalha, Phatina, Lhésipe, Namatuco, Oxaca e Debeza se abrigarem por uma noite em Chamanculo, no modesto espaço do empregado doméstico indígena Sibuko Simango:

No centro de um quintal de caniço estava a casa principal de um só cômodo, do Sibuko Simango. [...] As casas, de precária solidez, iam-se erguendo à medida que a cidade se tornava um chamariz para os que fugiam do chibalo e do imposto de palhota. Nasciam os subúrbios da cidade de Maputo, com a sua carga de miséria e alienação. (KHOSA, 2018, p. 143)

Se a casa mais simples de um trabalhador explorado, a casa mais miserável as acolhe, os corpos femininos e peregrinos, em *As Mulheres do Imperador*, curvam-se diante do que lhes já foi adestrado nos remotos e presentes tempos, o espaço dos “não-lugares” (AUGÉ, 1994, p. 36) em sociedades oprimidas e opressoras, sejam essas aristocráticas, burguesas, proletárias e selvagens.

CONCLUSÃO

O narrador onisciente, ao se identificar com Namatuco, sua tripla-face, metamorfoseada na última “divindade” que controla “a sorte dos homens”, a que habita “um lugar perto das *Horas*” (COMMELIN, 1983, p. 81), concede àquela personagem-moura, semelhante a “da mitologia grega, como a *Cloto*” (KHOSA, 2018, p. 159), uma das *Parcas*, o dom de *fiar* as necessidades das mulheres mortais e de suas crianças, assim como a do amigo acolhedor Sibuko, professando os destinos das outras *persornæ*. Namatuco, então, observa o aprendizado da vida entre semelhantes e diferentes, o movimento das estações, o cultivo da terra e o que dela fazem, conforme a leitura mística de Scholem a partir de Yosef Agnon (AGAMBEN, 2018, p. 27) e que, segundo Agamben, retrata “uma alegoria da literatura” (AGAMBEN, 2018, p. 28), cujo imaginário dos (as) *griots/griotes* possa enfim ser resgatado e os gritos, as lágrimas e a fantasmagoria de outrora ganhem outras conotações poéticas.

Nas arquiteturas discrepantes entre as cidades do colonizador português e do colonizado moçambicano, observamos que as culturas orais são valorosos documentos monumentos (LE GOFF, 2003, p. 535), para que não se percam memórias humanas e, por mais paradoxais que sejam não caiam no esquecimento de outrem, ao serem consideradas suas ‘luzes e sombras...’, pois a “régua e o esquadro” (KHOSA, 2018, p. 90-161) no passado, presente ou futuro sempre estiveram, estão e estarão mensurando os corpos das mulheres consideradas de “má vida” (KHOSA, 2018, p. 90) em quaisquer nações, assim como as dos *moçambiques*, sendo exploradas por mitificadas mãos de ‘engenheiros e arquitetos do universo’, associados a outras classes dominantes.

Mas, no jogo entre a história e a ficção ou, ainda, da memória e esquecimento, como bem nos dizia o melancólico filósofo e materialista histórico alemão Walter Benjamin (1892-1940), “o tipo... é a casa da aposta [...] na qual os olhos do libertino caem sem querer, como a esfera de marfim na casa preta ou vermelha” (BENJAMIN, 1989, p. 237). Segundo outro filó-

sofo e também antigo filólogo, o prussiano Friedrich Nietzsche (1844-1900), a *atividade maquinal* (NIETZSCHE, 1998, p. 122) parece complementar a “bênção do trabalho” (NIETZSCHE, 1998, p. 122), controlada por ‘sacerdotes’ que sempre almejam “lidar com os sofredores das camadas inferiores, com trabalhadores escravos ou prisioneiros (ou com mulheres, que são geralmente ambos ao mesmo tempo, escravas e prisioneiras)” (NIETZSCHE, 1998, p. 124), exercendo assim domínios outros sobre as infindas encruzilhadas das “estações”, onde muitos povos estão sujeitos a “tempestades”, no decorrer do tempo e do espaço.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros*. Trad. Andrea Santurbano, Patricia Peterle. 1ª. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. Apresentação do problema. In: *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: Editora da UNB, 1987.

_____. O problema da inversão histórica e o cronotopo folclórico. In: *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. Trad., posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.

BENJAMIN, Walter. Jogo e prostituição. In: *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista – 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CERTEAU, Michel de [et alii.]. *Une politique de la langue – la révolution française et le patois: l'enquête de Grégoire*. Paris: Gallimard, 1975.

COMMELIN, Paul. *Nova mitologia grega e romana*. Trad. Thomaz Lopes. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1983.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende [et alii.]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

- HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- KOFMAN, Sarah. *A Infância da arte: uma interpretação da estética freudiana*. Trad. Maria Ignez Duque Estrada; revisão técnica Cláudia Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. *As mulheres do imperador*. Kapulana: São Paulo, 2018.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LÜBBE, Hermann. *Oblivion and historicization of memory* (Esquecimento e historicização da memória). In: Estudos históricos. Trad. Sérgio da Matta. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, p. 285-300, janeiro-abril 2016.
- MACAGNO, Lorenzo. *O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a “Geração de 95”*. In: Moçambique. Organização e apresentação de Peter Fry. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MEDEIROS, Claudia Barbosa. *O vão-lugar: rumos do feminino nos romances de Mia Couto*. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras – Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido para avaliação em 21/05/20
Aprovado para publicação em 13/07/20

NOTAS

1 Doutoranda em Letras Vernáculas com área de concentração em Literaturas Portuguesa e Africanas – UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em Letras com área de concentração em Estudos de Literatura – UFF – Universidade Federal Fluminense, onde foi Bolsista Pesquisadora – CAPES; Especialista em Literatura Portuguesa – UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Licenciada e Bacharel em Letras (Português-Francês) – UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde foi Bolsista de Iniciação Científica do Projeto *Patrimônio Literário Fluminense*, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Foi Pesquisadora e Bolsista de Aperfeiçoamento do Projeto de Pesquisa *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, integrado pela FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina e UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Foi professora substituta de Língua Portuguesa e Literaturas Portuguesa e Brasileira no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ; Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF – UERJ; Instituto de Letras – UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui publicações em revistas e periódicos virtuais: *O que é Literatura* – PACC – UFRJ; *Suplemento Literário de Minas Gerais* – Belo Horizonte – MG; *Interfaces* – CLAC – UFRJ;

Oficina Raquel – www.oficinaRaquel.com. Participou da coordenação de cursos literários e pedagógicos: Casa da Leitura – PROLER – FBN – Fundação Biblioteca Nacional – RJ; Oficina Cultural Regional Sérgio Buarque de Holanda – SP.

2 Pseudônimo do historiador, geógrafo, jurista e escritor contemporâneo moçambicano Francisco Esaú Cossa.

3 O filósofo italiano, Giorgio Agamben, parte da reflexão do termo grego demos (povo) para contrapor democracia à ademia (palavra vazia).

4 Cf. CERTEAU, Michel de Certeau et alii. Une politique de la langue : La révolution française et les patois: l'enquête de Gregoire. Paris: Gallimard, 1974. Nossa tradução.

5 Idem.